

O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR TÊXTIL A PARTIR DE 1880: BLUMENAU E BRASIL

Juliana Daldegan Lima* e João Rogério Sanson**

Resumo

A colonização de Blumenau a partir de 1850 na forma de pequenas propriedades criou uma demanda local para produtos industriais. A indústria têxtil catarinense na região de Blumenau surgiu em 1880 a partir da fundação da Cia. Hering. Apresentamos evidências de que a consolidação rápida desse setor no Estado acompanhou o surto de industrialização do setor têxtil brasileiro a partir de 1890 e se beneficiou de um ambiente favorável que incluiu câmbio desfavorável aos produtos importados, crédito industrial subsidiado e tarifas protecionistas.

Palavras-chave: Blumenau, Brasil, indústria têxtil

[The outbreak of textile industrialization as of 1880: Blumenau and Brazil]

Abstract

The colonization of Blumenau as of 1850, based on small property units, created a local demand for manufactures. The textile industry, located around the Brazilian city of Blumenau, in the state of Santa Catarina, arises in 1880 with the foundation of the Hering Company. We present evidence that the fast consolidation of this local textile industry followed a national textile upsurge after 1890, under the benefits of a stimulating economic environment that included unfavorable exchange rates to imports, subsidies to credit for the industrial sector and protectionist tariffs.

Key words: Blumenau, Brazil, textile industry

Introdução

A pequena indústria têxtil na região de Blumenau, Santa Catarina, desenvolve-se a partir de 1880, com a criação de uma empresa ainda hoje existente, a Cia. Hering. Batizada de Comercial Gebrüder Hering, por estar vinculada à atividade de comércio de um dos sócios, a fábrica pioneira explora o nicho de artigos de malha do mercado local, principalmente camisetas, meias e calças. O nascimento dessa fábrica e de outras do setor têxtil em Santa Catarina, nos anos seguintes, coincide com um maior crescimento desse setor em todo o Brasil.

* Economista. End.eletr.: daldeganlima@pop.com.br.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. End.eletr.: jrsanson@mbox1.ufsc.br.

Uma hipótese freqüente na literatura sobre o desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina é a de sua relativa independência em relação ao desenvolvimento econômico do país. Essa hipótese é também conhecida como modelo catarinense de desenvolvimento econômico. A hipótese cobre especialmente o surto de industrialização do setor têxtil local a partir de 1880 e a subsequente expansão dessa indústria para o mercado nacional, durante a I Guerra Mundial. No presente artigo, contudo, aborda-se o surgimento da indústria têxtil em Blumenau a partir da hipótese de que isso se deu, desde o início local, em 1880, como parte de uma onda de industrialização brasileira.

Aparentemente, a economia catarinense demonstrou certa autonomia. Por exemplo, no início da colônia de Blumenau, em 1850, as famílias viviam basicamente em nível de subsistência, com indústria artesanal voltada para necessidades locais. Nas décadas seguintes, porém, a produção agrícola e extrativa já atingia o mercado regional e, em alguns casos, mercados nacionais. Os lucros obtidos com tal atividade serviram de base para o início da indústria têxtil, promovido em geral por comerciantes locais (Renaux-Hering, 1987:85). Essa indústria, em seu início, também atendia apenas o mercado local.

A hipótese da independência da economia local em relação ao centro da economia brasileira é fundamentada no conceito de empresário schumpeteriano, isto é, aquele que exerce a atividade empresarial não pelos ganhos materiais, mas pela busca de poder e sucesso econômico, pelo desejo de vitórias sobre os concorrentes e pelo desejo de criar algo (Schumpeter, 1911, cap. 2, seq.3). Por isso, pode também ser denominada de hipótese schumpeteriana¹ do desenvolvimento econômico catarinense. No caso, o agente inovador é o imigrante germânico.

Simultaneamente ao início da produção têxtil catarinense, ocorre uma onda de industrialização do setor no Brasil, na segunda metade do século XIX. Stein (1957, c.2) registra que o primeiro núcleo de indústria têxtil algodoeira surge na Bahia a partir de 1844. Nas décadas seguintes, esse tipo de indústria desenvolve-se em vários Estados. Em 1853, contabilizam-se apenas 8 fábricas. Em 1885, o setor têxtil algodoeiro já alcança 48

¹ A expressão “hipótese schumpeteriana” é usual em economia industrial para relacionar a inovação tecnológica com o poder de monopólio de grandes empresas. O benefício dinâmico da inovação tecnológica poderia compensar a ineficiência estática do poder de mercado. Preferimos manter a expressão por estarmos numa outra área de estudos e por Joseph A.Schumpeter ter introduzido várias outras hipóteses importantes em Economia. O leitor deve apenas lembrar que aqui há uma hipótese schumpeteriana no contexto de história econômica. Agradecemos o Prof.Renato Campos, da UFSC, por nos lembrar dessa interpretação.

fábricas, sendo liderado por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.² Nesse mesmo ano, essas fábricas operam 2.111 teares, empregam 3.172 trabalhadores e produzem 20,6 milhões de metros de tecidos. Em 1905, o número de fábricas passa para 110, e o número de teares, para 26.420, com uma produção de 242 milhões de metros de tecidos (Stein, 1957, apêndice I). No período de 1885 a 1905, o número de teares cresce 13,5% ao ano, contra 10% a.a. nos 19 anos anteriores e 6,8% a.a. nos 10 anos posteriores. Portanto, houve forte expansão dessa indústria até 1905, com desaceleração até o início da I Guerra Mundial.

A ascensão do setor têxtil no século XIX dá-se inicialmente com a produção de tecidos grossos para vestimenta de escravos e trabalhadores livres e para ensacar o açúcar e o café, este o principal produto de exportação brasileiro no período. Contudo, a produção artesanal desse tipo de tecido ocorria pelo menos desde o século XVIII. Por exemplo, em 1755, no litoral da capitania catarinense, portanto 30 anos antes da proibição de tecelagem mais elaborada na colônia brasileira, operam 266 teares, com uma produção de aproximadamente 40 mil metros de panos de linho e de algodão. Piazza (1983:153-154) argumenta que a existência dessa manufatura em Santa Catarina coincide com o período da imigração açoriana, iniciada em 1748. É bom lembrar que o governo do Marquês de Pombal, a partir de 1755, estimula manufaturas em todo o reino português via políticas mercantilistas, que incluem a criação de grandes companhias estatais no ramo têxtil. (Rodrigues e Craig, 2004; Falcon, 2005:20-21.)

A novidade no século XIX é a organização em bases empresariais. Além disso, somente a partir da década de 1880 as empresas brasileiras começam a substituir as importações de tecidos um pouco mais elaborados. Em 1920, porém, embora a maior parte da importação de tecido para consumo corrente houvesse sido substituída pelo similar nacional, os produtos de melhor qualidade ainda eram importados (Stein, 1957:77 e 109).

O objetivo principal do presente artigo é comparar o surto de industrialização do setor têxtil de Blumenau com o de outras partes do país. Para isso, o artigo inclui um panorama do desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil e da região de Blumenau, até o final do

² O Estado de Santa Catarina não aparece na lista, que, conforme enfatiza Stein, é parcial. Os Estados omitidos acima são Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Os dados para os cálculos a seguir encontram-se na Tabela 1, mais abaixo.

século XIX. Em seguida, apresenta evidências quantitativas da simultaneidade do surto industrial local com o nacional.

A hipótese schumpeteriana e o desenvolvimento autônomo catarinense

Há várias hipóteses sobre o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, especialmente no que se refere às causas de sua industrialização. Michels (1998) destaca as interpretações dos periféricos, dos schumpeterianos e dos desenvolvimentistas, além de mencionar outras contribuições. Goularti Filho (2002, cap.1) revisa essa literatura, atualiza a discussão, critica cada uma das principais hipóteses e define hipóteses adicionais: sócio-espacial, desenvolvimentista conservadora, endogenista/autonomista e braudeliana. Isso sem contar que o próprio autor denomina sua hipótese de crescimento articulado, a partir de abordagens geográficas marxistas. Há ainda uma abordagem não incluída nesses levantamentos que se baseia em dotações de fatores e em instituições econômicas, como é o caso de Lima (2002) e de Amaral e Sanson (2008). Esses dois trabalhos baseiam-se principalmente em Sokoloff e Engerman (2000), que condicionam o institucionalismo de Douglass North às dotações de fatores de cada tipo principal de colônia nas Américas. Opta-se aqui pela ênfase nas hipóteses schumpeteriana e do crescimento articulado, mais relacionadas ao presente trabalho.

Os proponentes da hipótese schumpeteriana colocam como fator principal na explicação da origem da indústria catarinense, embora sem descuidar de outros fatores, o empresário inovador; no caso, o imigrante europeu não-lusitano, especialmente o germânico, e seus descendentes. Esses empreendedores são inovadores e dotados de visão empresarial ampla. Têm experiência e recursos financeiros de sua pátria de origem. Além disso, nessa hipótese, há a ênfase no fato de que a indústria surge de forma independente das empresas surgidas nos centros econômicos importantes do país. Boa parte da demanda inicial pelos produtos é regional, assim como a poupança. Ao fechar o capítulo da história da criação das principais empresas da colônia blumenauense, em que o papel do empresário inovador é valorizado, Renaux-Hering (1987:180) deixa isso bem claro:

Ao terminar a fase de formação e consolidação da indústria têxtil no Vale do Itajaí, compreendida entre os anos de 1880 a 1914, algumas considerações precisam ser feitas em função das hipóteses inicialmente lançadas. O desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí obedeceu a uma dinâmica interna própria, entendida basicamente como a industrialização determinada por mercado e recursos gerados dentro da economia regional, tendo como peça-chave no processo a tradição da mão-de-obra europeia e a liderança de empreendedores de mentalidade industrial.

A hipótese do crescimento articulado de Goularti Filho (2002) enfatiza a inserção externa da economia catarinense no ambiente brasileiro e é crítica da hipótese schumpeteriana. Fundamenta-se em Cano (1977), que analisa os desequilíbrios regionais e a industrialização no período de 1930 a 1970. Essa interação entre as regiões, com liderança de São Paulo, envolve, ao mesmo tempo, efeitos de estímulo e de inibição da atividade local. Assim, cada Estado teve seu tipo peculiar de inserção no mercado nacional a partir de suas condições internas. Santa Catarina beneficiou-se pela exportação de seus produtos manufaturados da região nordeste, a partir de Blumenau, Brusque e Joinville, e de produtos agrícolas do oeste.

Origem e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil

Na presente seção, abordam-se pontos necessários para o entendimento da origem e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, com vistas a situar esse desenvolvimento em Santa Catarina. Para isso, baseia-se em Stein (1957).

Na segunda metade do século XVIII, as fábricas de tecido inglesas começaram a expandir-se. Começava-se a perceber, no Brasil, que a demanda pelo algodão tendia ao crescimento, com a possibilidade de haver produção industrial têxtil local. Havia, entretanto, barreiras à produção brasileira. Um alvará de 1785, em particular, proibiu a manufatura têxtil no Brasil, isentando apenas a produção de tecidos ordinários de algodão “apropriados para o uso ... dos negros e para enfardar ou ensacar mercadorias em geral” (Stein, 1957: 20). Conforme Suzigan (2000:131), no século XVIII, havia no país a produção de tecidos feitos por maquinarias simples (teares a mão e rocas). A justificativa portuguesa era que a mão-de-obra brasileira deveria estar completamente empregada em atividades voltadas para a agricultura e para a mineração. Mas como vimos na introdução, havia também a presença de empresas têxteis estatais criadas anos antes em Portugal, que poderiam pressionar o governo para eliminar a competição local na colônia brasileira.

A partir de 1808, a restrição à produção brasileira de tecidos foi suspensa. Isso decorreu de a família real portuguesa instalar-se no Brasil, como consequência do Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte. Esse bloqueio consistia em proibir as nações européias de comerciar com a Inglaterra e de impedir que navios ingleses atracassem em portos europeus. Por sinal, durante esse período do bloqueio, que durou até 1813, houve também um estímulo de criação de indústrias em algumas regiões da Alemanha, que depois não se sustentaram (Plum, 1979:92).

As pequenas empresas que surgiram após a vinda da família real portuguesa não tiveram muita importância. Sobreviveram poucas décadas, apenas enquanto havia apoio governamental e falta de concorrência externa em seus nichos. Porém, por causa da crescente presença de produtos importados concorrentes, a produção artesanal desapareceu, exceto em algumas localidades do país. Um exemplo de sobrevivência foi o da produção da província de Minas Gerais, onde, segundo Stein (1957:22), ”... produzia-se com teares manuais, anualmente, quase seis milhões de jardas em meados da década de 1830 ...” Em 1862, por causa da concorrência de similares ingleses e também de similares nacionais, a produção do “pano de Minas” caiu bruscamente.

A suspensão das taxas alfandegárias incidentes sobre máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847, estimula o surgimento de fábricas. Surgem aí as primeiras fábricas verdadeiras de fiação e de tecelagem de algodão, como as fábricas de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a de Todos os Santos, na Bahia. Possivelmente em decorrência desse estímulo, conforme Stein (1957:28), a “... maior parte das nove fábricas de tecidos de algodão inscritas em exposições nacionais, vinte anos depois, foram fundadas neste período, sobretudo as da Bahia, o primeiro centro manufatureiro têxtil de algodão do país”.

A liberação da exportação de máquinas têxteis pela Inglaterra, a partir de 1843, também ajudou. Até países europeus, como a França, tinham anteriormente dificuldades de acesso a tais máquinas (Stein, 1957:28). Para driblar a proibição inglesa, os EUA atraíram um tecelão que, em sociedade com um comerciante, instalou a primeira fábrica americana em 1780, mas a produção só deslanchou a partir de 1807, com o aparecimento de novas fábricas num período de embargo a importações de produtos ingleses. Mesmo assim, em 1810 mais de 90% da produção têxtil americana foi atribuída à produção artesanal doméstica, para consumo próprio ou terceirizada por comerciantes. A indústria dos Estados Unidos deslanchou para a grande escala a partir de 1815, pela combinação de novas técnicas de produção com a formação de grandes sociedades anônimas por comerciantes (Ratner *et al.*, 1979, cap.8).

No Brasil, a Bahia foi o local pioneiro para a instalação das fábricas, basicamente por causa da presença de matéria-prima, fontes de energia e mercados rurais e urbanos relativamente grandes. A matéria-prima, chamada algodão bruto, era cultivada no interior do Estado da Bahia desde o fim do século XVIII. O algodão produzido era, em sua maior parte, exportado. Outros motivos faziam o Estado da Bahia pioneiro. Além de dispor de matéria-prima, possuía sistema portuário e fluvial, o que foi de extrema importância para o

transporte de maquinaria. Essa maquinaria dispunha ainda de fonte hidráulica de energia. A enorme população escrava, tanto na capital quanto no interior, juntamente com um grande contingente de trabalhadores livres, constituíam potenciais consumidores de tecidos grossos. As dificuldades dos senhores de engenho com a baixa lucratividade em suas atividades tornavam atraentes novas oportunidades de investimento, facilitando o financiamento da atividade têxtil.³ Por fim, a taxaço de panos importados para o ensacamento dos produtos exportados incentivava a produço nacional de tecido, reforço assim as vantagens locais. De 1866 a 1885, o número de estabelecimentos fabris que produziam tecido aumentou 140% na Bahia. Em contrapartida, sua participao nacional caiu por conta da expanso simultnea da indústria em outros Estados.

Como principal insumo da indústria têxtil, enfoca-se agora o algodão. Na verdade, o algodão é planta nativa no Brasil e já era tecido pelos índios antes da chegada dos portugueses.

O clima quente e seco do Nordeste era propício para o cultivo da planta. Além disso, cultivar algodão requeria menos capital do que o investido em outras culturas como, por exemplo, a cana-de-açúcar. O Brasil era um fornecedor importante para as indústrias têxteis inglesas da matéria-prima no período de 1780 a 1820. Entretanto, a demanda pelo algodão cresceu mais do que a produço brasileira e, conseqüentemente, a Inglaterra começou a importar algodão de outros países: Estados Unidos, Egito e a Índia. Explicar o declínio relativo do algodão brasileiro após 1820 e a preferência da Inglaterra em importar algodão de outros países não é fácil. Possivelmente, a posição do Brasil de importante fornecedor só permaneceu enquanto os Estados Unidos se restabeleciam de sua guerra de independência. Conforme Stein (1957:221):

Explicao mais satisfatória é o custo elevado do transporte do interior até os portos do litoral. O algodão do vale do S. Francisco, embarcado nos anos cinqüenta para o porto da Bahia, quando ainda não existiam ferrovias, pagava despesas de frete de 7s a 9s 4d por arroba, sabendo-se que o preço de mercado variava de 11s 8d a 14s; a diferença não era considerada uma remuneração razoável.

³ Há uma controvérsia sobre como as poupanças foram canalizadas dos fazendeiros de café para a formação das empresas industriais no Brasil, e isso deve ser relevante também para as indústrias da Bahia. Dean (1969) propõe a hipótese de que o papel principal na criação das novas empresas do Sudeste foi interpretado pelos comerciantes ligados ao comércio exterior. As poupanças dos fazendeiros teriam sido apenas uma das fontes de financiamento. Além disso, a ligação com o comércio exterior facilitaria a transferência de tecnologia. Suzigan (2000:137-144) argumenta que na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro a expanso da indústria têxtil ocorre a partir de iniciativas dos comerciantes, nacionais e imigrantes, principalmente ingleses e portugueses, enquanto em São Paulo realmente há predominância de capital dos cafeicultores. Segundo Bossle (1988:32-38), também no caso catarinense o papel dos comerciantes locais e os ligados ao comércio exterior teria sido o principal no financiamento inicial da indústria têxtil.

Mesmo assim, na década de 1860, as exportações de algodão voltaram a crescer devido à escassez do produto na Europa. Por três vezes, entre 1865 e 1875, as exportações brasileiras ultrapassaram cem milhões de libras, o que representava de 6 a 7 vezes as exportações médias anteriores à guerra civil americana. No entanto, após o término da guerra, os EUA voltaram ao mercado e, para o Brasil, o reflexo foi o fim do *boom* algodoeiro. A diminuição das exportações brasileiras, a partir de 1873, deu-se principalmente pelos seguintes motivos: queda das cotações do algodão na bolsa de Liverpool; o transporte precário por terra do produto, com alto custo; produção oriunda principalmente de pequenos produtores, com baixa qualidade; e tarifas altas sobre as exportações.

Essa queda nas exportações de algodão, no entanto, estimulou o crescimento do setor têxtil brasileiro. Isso porque, com o declínio do algodão brasileiro no mercado internacional, ocorreu abundância de algodão ofertado internamente, com a conseqüente queda nos preços. As nove fábricas de tecido instaladas no país produziram quatro milhões de metros de tecido em 1866. Até 1885, a produção cresceu para 20 milhões de metros, com 42 fábricas instaladas. A expansão da indústria nesses anos não foi, contudo, acompanhada pela expansão do cultivo do algodão nacional, que, por conta da queda das exportações, tornou-se uma cultura marginal, além do fato de que não havia meios de transporte adequados entre as regiões produtoras de algodão e as fábricas de produtos têxteis.

Além do algodão, a indústria têxtil precisava de transporte, energia e mão-de-obra. A concentração de teares e fusos no Rio de Janeiro está relacionada ao crescimento da população e da atividade comercial e agrícola naquele Estado. Um elemento importante para o avanço da indústria têxtil foi a construção de uma rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860. A construção da estrada de ferro foi fundamental: 66,6% das pequenas fábricas existentes em Minas Gerais em 1887 estavam situadas junto a ferrovias e junto à região paulista de Sorocaba, Salto e Tatuí, cidades que também eram beneficiadas por estradas de ferro.

Como fonte de energia, as fábricas fundadas nos anos de 1840 eram movidas, em sua maioria, por força hidráulica, por ser barata e acessível. Posteriormente, começou-se a substituir a força hidráulica pelas turbinas a vapor, movidas por lenha ou carvão. As fábricas fluminenses beneficiaram-se da progressiva substituição, pois adquiriam carvão importado através do porto do Rio de Janeiro, então em desenvolvimento. Em 1899, havia,

no Rio de Janeiro, 11 fábricas com energia a vapor contra apenas 7 com energia hidráulica (Stein, 1957:37).

Em relação ao trabalho, seu mercado era limitado e o tratamento dado aos trabalhadores têxteis era similar ao das grandes propriedades rurais. Nos primeiros anos após a abolição da escravatura, a situação dos ex-escravos não mudou muito: o recrutamento e o treinamento da força de trabalho nas fábricas têxteis ainda eram inspirados nos princípios de uma sociedade escravagista (Stein, 1957: 63).

Mas o setor têxtil absorvia mão-de-obra estrangeira especializada. A contratação de mestres em fiação e tecelagem era fundamental, pois os mesmos eram uma forma de transferir tecnologia. Aos estrangeiros restavam poucas alternativas após ensinarem o ofício: serem absorvidos na massa de trabalhadores têxteis brasileiros, tentarem um negócio ou retornarem aos seus respectivos países.

É interessante observar que o recrutamento de mulheres⁴ e crianças era normal e, particularmente, “visto com bons olhos”. Segundo os empresários da época, não havia algo tão humanitário e filantrópico quanto contratar essa mão-de-obra ociosa que lotava os asilos, orfanatos e instituições de caridade e que, com isso, trazia ônus fiscal para o Estado. De acordo com Stein (1957:66), dada essa situação dos pobres, principalmente mulheres e crianças, as ações desses empresários têxteis eram vistas pela sociedade como filantrópicas:

Os empresários da indústria têxtil algodoeira recrutavam a sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguraram o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e os observadores da época.

A ampla oferta de trabalhadores estava naturalmente associada a baixos salários e a longas jornadas de trabalho ininterrupto. Com o crescimento da proporção de trabalhadores livres no setor e da ampliação de outras opções de trabalho, porém, esses trabalhadores passaram a rejeitar tais jornadas. Em meados da década de 1870, havia no país escassez de oferta de trabalhadores para a indústria têxtil. A partir desse período, o excesso de demanda elevou os salários do setor.

⁴ “ Dos 150 brasileiros “livres”, com menos de 25 anos de idade, de ambos os sexos, que trabalhavam nessa mesma fábrica, 70 eram mulheres retiradas das classes mais pobres, algumas da mais negra miséria.” Ver Stein (1957, p. 66), que cita um relatório de presidente de província.

A proteção tarifária nos últimos anos do Império e a facilidade de crédito aos industriais no início da República foram importantes propulsores do surgimento de novas fábricas têxteis. Começa-se a discussão pelo crédito. Os investimentos na indústria têxtil foram moderados até a metade da década de 1880. Há evidências, segundo Suzigan (2000:133), de que ocorreram dois surtos de desenvolvimento do setor têxtil no século XIX. O primeiro de meados da década de 1860 até 1873 e o segundo ao longo da década de 1880. No primeiro surto, o Brasil passava pelas conseqüências de uma valorização, em termos reais, do mil-réis. A conseqüência dessa política foi a queda do preço real dos bens de capital importados, necessários para produzir tecidos. No segundo surto de investimentos, além de redução considerável nos preços de importação, houve o maior avanço no desenvolvimento da indústria têxtil brasileira. Surgiram 47 novas fábricas, a maioria delas organizadas como sociedades anônimas e com divisão equilibrada entre o Norte-Nordeste e o Sudeste, e expansão de outras. Essa proliferação de novas fábricas e a ampliação de instalações já existentes deu-se especialmente nos primeiros anos após a Proclamação da República. Nesse período, entre 1889 e 1891, ocorreu forte expansão do estoque de moeda e, conseqüentemente, maior facilidade para que antigos e novos empreendedores obtivessem crédito.

Além disso, outro fator motivava os empresários: aumentava, gradualmente, a proteção tarifária ao mercado interno. Em estudo recente, Villela (2005) lista as várias reformas tarifárias do período de 1850 a 1889. Na década do início das empresas catarinenses, houve reformas em 1879, 1881, 1887, 1889 e 1890. Em geral, os aumentos tarifários tinham a função de combater o alto déficit público que vinha desde a Guerra do Paraguai e continuou até 1888. De acordo com Villela (2005, p.52), a indústria têxtil era protegida desde a reforma tarifária de 1844, conhecida como Tarifa Alves Branco, "... sob a forma de isenção de direitos de importação de máquinas e direitos mais baixos cobrados sobre a importação de insumos (fios e carvão mineral, usado nas máquinas a vapor)". Contudo, a partir da reforma de 1887 manifesta-se claramente a intenção de criar uma estrutura tarifária protecionista mais ampla, em que o setor têxtil algodoeiro, cujos produtos eram os principais componentes da pauta de importações, é claramente beneficiado. As tarifas eram mais leves quanto menos elaborados fossem os insumos, em comparação com a tarifa predominante de 30%. Um dos exemplos mencionados (p.45) é o da indústria têxtil:

... "algodão", "linho e juta" e "seda" (classes 15 a 18 da Tarifa). Em todos estes casos os insumos ou o produto em fase inicial de elaboração eram taxados em apenas 15%, ao passo que o bem final ("em tecidos e obras") era gravado em 48% e, no caso da seda, em 60%.

O custo real das importações totais, que leva em consideração tanto as tarifas como a taxa real de câmbio em mil-réis por libra esterlina, cai sistematicamente a partir de 1865. Durante a década de 1880, volta a subir, ao redor de 20%, e estabiliza até 1887, quando retoma a tendência de queda. Villela (2005) complementa essa evidência pelo cálculo de coeficientes de correlação parcial e de regressão. O maior impacto sobre o nível de importações totais, no período de 1850 a 1889, decorre das variações no câmbio nominal e no diferencial de inflação entre o país e seus parceiros comerciais. É bastante provável que essa influência do câmbio real sobre o total de importações seja válida também para as importações de têxteis de algodão e que, pelo menos de 1880 até 1886, tenha facilitado a substituição de importações. Nos três anos seguintes, a taxa de câmbio cai praticamente para o nível de 1880, mas as tarifas continuaram sua trajetória de aumentos anuais.

O surgimento da indústria têxtil em Santa Catarina

A seguir, aborda-se o surgimento da indústria têxtil na região nordeste de Santa Catarina, mais precisamente em Blumenau, Brusque e Joinville. Essa descrição está fortemente influenciada pela hipótese schumpeteriana, como discutido mais acima. Segundo a hipótese schumpeteriana, é bom lembrar, a inovação tecnológica, proveniente da ação empreendedora e inovadora dos empresários, foi responsável pela industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, nesse caso, foi o imigrante, especialmente o de origem germânica. Esses empresários inovadores, em alguns casos, já eram artesãos em seu país de origem.

Schumpeter considera, em sua teoria de desenvolvimento, os fatores que estimulam o empresário a investir. Ele enfatiza fatores psicológicos, como, por exemplo, a necessidade de criar, a vontade de lutar, conquistar e alcançar êxito. Além disso, existem fatores como o prestígio alcançado com a atividade empresarial e a possibilidade da eventual ascensão social.

Ainda segundo a hipótese schumpeteriana, os empresários inovadores agem como “agentes de poupança”, pois cabe a eles mesmos decidir a respeito da retenção dos lucros nas empresas e da possibilidade de reinvestimento. Conforme Renaux-Hering (1987:86), “(...) esse aspecto servirá para caracterizar a feição própria dos empreendimentos industriais no Vale do Itajaí, que historicamente se distinguem pela capitalização e investimento de recursos autogerados”. A indústria local desenvolveu-se gradativamente com base no mercado local e com relativo isolamento dos demais centros regionais (p.11).

Bossle (1988:34-35), por exemplo, rejeita explicitamente a hipótese de que a origem do capital da indústria têxtil em Santa Catarina tenha sido proveniente de lucros do setor cafeeiro do Sudeste.

É importante ressaltar que, assim como aconteceu com outras fábricas no restante do Brasil a partir de 1880, em Santa Catarina também houve surto de investimento e criação de novas fábricas inicialmente voltadas para seus respectivos mercados regionais, como a Comercial Gebrüder Hering e a Roeder, Karsten & Hadlich, em Blumenau; a Döhler, em Joinville; e a fábrica de Carlos Renaux, em Brusque.

Carl Gottlieb Döhler fundou sua empresa em 1881. O parque industrial têxtil de Joinville consolidou-se a partir da chegada da ferrovia em 1910, que integraria a cidade com o resto do país (Ternes, 1984, cap.8). Blumenau só conseguiu uma ferrovia de algumas dezenas de quilômetros na própria região, sem integração com a malha ferroviária nacional, e seu desenvolvimento industrial dependeu, por um longo período após a fundação, do transporte fluvial. A extensão da ferrovia até o porto de Itajaí ocorreu apenas em 1954 (Giesbrecht, 2008), mesmo assim sem integração com a malha ferroviária nacional, quando o país já estava na era da integração rodoviária.

A fábrica de Carlos Renaux foi fundada em 1892 como um apêndice a suas atividades comerciais. Curiosamente, porém, a criação da fábrica decorreu da iniciativa de um grupo de tecelões poloneses, estabelecidos na região desde 1889. Carlos Renaux, um emigrante da Alemanha, era comerciante em Brusque e viabilizou a idéia, como um verdadeiro empresário schumpeteriano. Por sua vez, um tecelão emigrado da Polônia em 1896 criou em 1911 sua própria empresa, a G.Schloesser & Filhos, depois de ter trabalhado para Carlos Renaux. Entretanto, a nacionalidade desses tecelões gera dúvidas étnicas. Por exemplo, os sobrenomes de alguns deles, como Schloesser, Kreibich e Petermann, eram tipicamente germânicos, refletindo sua origem étnica. A nacionalidade apenas refletia as flutuações seculares das fronteiras entre Polônia, Rússia e Alemanha (Renaux-Hering, 1987:146 e 173).

Essas fábricas, ou as que derivaram delas, hoje destacam-se nacionalmente. Goularti Filho (2002:94-95) faz um resumo conveniente da evolução das principais empresas.⁵ A mais importante delas, pelo seu pioneirismo, é a Comercial Gebrüder Hering.

⁵ Parece conveniente, nesse resumo feito por Goularti Filho (2002:94), corrigir a data da fundação da Buettner, que é 1898, de acordo com Renaux-Hering (1987:171), em vez de 1875. Essa empresa especializou-se na produção de artigos bordados.

Os irmãos (daí o *Gebrüder* no nome da empresa) Hermann e Bruno Hering, ambos artesãos têxteis que emigraram da Alemanha, iniciaram a fábrica com apenas um tear circular em 1880. Hermann havia chegado a Blumenau dois anos antes com a intenção de montar um negócio de importação de mercadorias alemãs, pois já operava, com outros irmãos, o comércio de linho entre várias cidades alemãs. Depois de tentar várias atividades na colônia brasileira, montou uma venda, inicialmente operando com a fabricação artesanal de charutos, mas com a intenção de entrar no ramo de importação de confecções alemãs. Nesse período de vendeiro, adquiriu de um imigrante suíço, em Joinville, o pequeno tear circular manual de madeira que serviria de base para montar com o irmão a malharia em Blumenau.⁶

A nova atividade da empresa dá certo. Ao longo da década de 1880, a fábrica aumenta sua maquinaria básica para 10 teares circulares; em 1905, atinge 30 e, em 1914, 90. Em 1892, os Hering mudam parte do processo produtivo para instalações com energia hidráulica. Os investimentos em bens de capital continuam e, entre 1892 e 1905, o crescimento médio anual nos investimentos em maquinaria é de 27,3%. Também entre 1892 e 1905, os investimentos em imóveis têm crescimento médio anual de 20%.

Entre 1880 e 1898, a empresa vendia para o mercado colonial do nordeste catarinense. Entre 1898 e 1901, conseguiu penetrar no Rio Grande do Sul, onde também havia colônias alemãs, o que deve ter facilitado a comunicação. De 1904 em diante, passou a vender no Sudeste, inicialmente no Rio de Janeiro, o que na época era natural, por conta do transporte de cabotagem, e depois para São Paulo e Minas Gerais. Do Rio de Janeiro, comerciantes atacadistas distribuíam os produtos para o resto do país. Essa expansão foi facilitada pela diminuição das importações da Europa no período da I Guerra Mundial. Nos anos 1960, torna-se exportadora e atingiu o *status* de maior malharia da América Latina.⁷

O nicho explorado pela empresa foi um dos elementos cruciais para o sucesso. Seus teares circulares produziam artigos de malha, inéditos na indústria têxtil brasileira, embora tivessem a concorrência de artigos similares importados. Poucos anos após a fundação, a empresa ganhou uma medalha de prata numa exposição em Porto Alegre pela fabricação

⁶ Embora sem dar destaque, Renaux-Hering (1987:88-89) informa que esse imigrante suíço vendera o tear por ter sido "abandonado pelos sócios". Se fora uma empresa desfeita em Joinville, isso significaria que a primeira empresa têxtil de Santa Catarina, nesse período, teria sido fundada em Joinville, embora não tivesse sido levada adiante. Como é usual na história econômica focada em história de empresas, os fracassos em geral não contam. Mas do ponto de vista de testes de teorias do desenvolvimento econômico, elas também devem ser estudadas, pois podem, no mínimo, servir como elementos de controle.

de ceroulas e camisetas, constando no catálogo "... que essa era a única fábrica no gênero em todo o Brasil". Mas em 1908, quando a empresa ganhou novo prêmio, agora uma medalha de ouro, numa exposição nacional no Rio de Janeiro, ficou implícito que havia concorrentes nacionais. (Renaux-Hering, 1987:95 e 100.)

A empresa era altamente integrada, pois combinava fiação, tecelagem e confecção praticamente desde o início. Embora integrar a fiação e a tecelagem fosse comum nas primeiras empresas têxteis, a inclusão da confecção não era. A empresa fabricava, nos primeiros anos, artigos de malha como camisetas, ceroulas e cuecas para agricultores do nordeste catarinense. Já na fase de expansão para o mercado nacional, incluiu também camisas e macacões.

Embora o crescimento da fábrica fosse contínuo, houve dificuldades iniciais quanto ao uso do tear circular e à adaptação das peças para maquinaria solicitadas aos parentes na Alemanha, sem contar a descontinuidade no fornecimento de matéria-prima. Hermann Hering provinha de uma família de artesãos têxteis. Segundo Renaux-Hering (1987:87), "... desde 1676 todos os membros do sexo masculino da família foram, sem exceção, tecelões ou mestres de tecelagem e malharia". Contudo, o treinamento de Hermann, que havia atingido o nível de mestre em tecelagem, assim como o de seu irmão, foi insuficiente para dominar a lógica de funcionamento do primeiro tear circular, e se fez necessária a ajuda de outro artesão germânico, morador há vários anos na colônia, para iniciar a produção com um mínimo de qualidade (p.93).

A transferência de tecnologia vai se aprofundar com a compra de novos teares circulares e máquinas de costura. Quando da instalação da unidade de fiação, completada em 1913, o equipamento foi importado da Alemanha, num período em que esse país já tinha capacidade para concorrer com os ingleses nesse setor de bens de capital.

Para atender à crescente demanda, a empresa tinha necessidade de fornecimento regular de fio de algodão, a principal matéria-prima. Desde o início o fio de algodão era importado da Alemanha. Como o fornecimento era incerto, a fábrica passava por períodos de estagnação no trabalho. Como se viu acima, a solução para esse problema deu-se com a instalação de sua própria fiação. Em decorrência disso, a fábrica pôde garantir sua sobrevivência nos anos posteriores, principalmente nos anos da I Guerra Mundial em que

⁷ Além de Renaux-Hering (1987:100), ver Cia.Hering (2008).

as relações comerciais com a Alemanha foram cortadas (p.97). Essa relação com o mercado alemão de insumos ocorria também na compra de corantes e anilina.

A mão-de-obra, nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, foi apenas familiar. Com a posterior expansão da fábrica, houve necessidade crescente de se contratar mais mão-de-obra. Em 1900, a fábrica contava com 30 empregados, passando para 300 em 1914.

O capital da empresa era inteiramente de propriedade da família, dividido entre os irmãos Bruno e Hermann Hering. Algum tempo depois, cotas foram distribuídas entre os seus descendentes. Depois de dois empréstimos iniciais junto ao superintendente da colônia, Hermann Blumenau, e a outro comerciante, para resolver uma emergência causada por uma enchente, a empresa financiou sua ampliação, durante 30 anos, com lucros retidos e com empréstimos de agricultores da região.

Na verdade, os donos de vendas operavam naquele período como banqueiros informais, aceitando depósitos remunerados dos agricultores. Isso foi algo comum para boa parte das empresas formadas no período em todo o nordeste catarinense. Em 1902, esses depósitos de terceiros representaram 25% do passivo da empresa dos Hering (p.105). Essa importante fonte de financiamento, também utilizada amplamente pela empresa de Carlos Renaux, refletia tanto a falta de bancos na região como o grau de confiança financeira que os empresários conseguiam junto aos colonos.

Há registro de cobrança de taxas por parte de alguns vendeiros para o recebimento de depósitos dos colonos, o que pode ser caracterizado como juros negativos (Renaux-Hering, 1987:59). Isso possivelmente refletia uma alta liquidez no período, dado que os comerciantes tinham a opção de depositar esses recursos nas cidades maiores que dispunham de bancos ou em banqueiros informais com maior escala. Algumas das maiores casas comerciais tinham ligações até com bancos internacionais que tinham filiais em cidades brasileiras maiores (p.46). Havia também um número razoável de comerciantes na região, o que implica um grau de competição nada desprezível. Blumenau passa de 5 casas comerciais em 1861 para 27, em 1885. Brusque tinha 14 em 1876 (p.64-65 e 70). Na verdade, é comum no Brasil a cobrança de taxas de clientes de bancos na atual fase de inflação relativamente baixa. Em períodos de deflação, como ocorria freqüentemente antes do aparecimento das políticas keynesianas, a cobrança de taxas seria pré-requisito para aceitar depósitos.

Os vendeiros, base informal do sistema financeiro da região de colônia, passam, a partir de 1907, a ter a concorrência de cooperativas de crédito agrícola. A primeira delas foi a Caixa Cooperativa do Sindicato Agrícola de Blumenau, comandada pelos principais comerciantes do município (Singer, 1977:119). A primeira agência catarinense do Banco do Brasil foi a de Florianópolis, em 1916 (Goularti Filho, 2002:184-185). Contudo, para uma de suas unidades de fiação, a empresa dos Hering obteve financiamento em 1910 junto a uma empresa de Hamburgo, Alemanha, a Augusto C. de Freitas GmbH.⁸ Essa empresa, que fornecia equipamentos industriais à região, também financiou equipamentos para a empresa de Carlos Renaux (Renaux-Hering, 1987:125). As ligações com empresas de comércio externo como essa podem também ser vistas como meio de transferência de tecnologia. Essa transferência começa com as ligações familiares dos Hering, mas depois segue o caminho comum de outras empresas brasileiras do setor.

O ambiente macroeconômico e as ações do governo

Viu-se, acima, que a década em que as empresas têxteis catarinenses foram criadas foi de aprofundamento de uma política tarifária favorável à indústria têxtil, que vinha desde a Tarifa Alves Branco de 1844. Isso é registrado por Renaux-Hering (1987:90), com base numa carta do próprio Hermann Hering em que ele compara as vantagens de comercializar meias importadas com as de produzir tecidos de malha: "... apesar dos artigos de meia importados terem a vantagem de um custo de produção mais baixo, precisam passar por vários intermediários e pagar alta taxa, enquanto o fio de algodão importado entra praticamente livre de imposto."

Exceto pela política tarifária, a ação estatal brasileira no período tem sido descrita como desestimulante às atividades econômicas, especialmente as industriais. E quando foi dado o estímulo, isso foi feito de forma desastrosa. Renaux-Hering (1987:113), com base em autores como Stanley Stein e Nícia Vilela Luz, menciona as dificuldades de se montar sociedades anônimas. Para começar, era preciso uma autorização imperial. Empresas familiares ou sociedades como as montadas em Blumenau tinham dificuldade tanto em atrair novos sócios via venda de quotas como em emitir títulos de crédito negociáveis no mercado financeiro, embora isso fosse algo já praticado por algumas poucas sociedades anônimas na praça do Rio de Janeiro. No início da República, foi-se para o outro extremo

⁸ A abreviação GmbH significa o tipo de empresa, no caso uma empresa limitada.

dentro das políticas que resultaram no período do Encilhamento e no esvaziamento do incipiente mercado acionário do país (Haber, 1997:151-152).

A partir de 1880, período em que surgiram as principais indústrias têxteis catarinenses, houve aumento na taxa de câmbio (mil-réis por libra esterlina), facilidades de crédito e emissão de papel-moeda. Como se viu acima, o elemento mais importante para viabilizar as iniciativas dos empresários schumpeterianos pode ter sido, no final das contas, um câmbio real favorável para a compra de equipamentos e de matéria-prima importados. A taxa de câmbio nominal caiu 30% entre 1885 e 1889, efeito esse reforçado por um aumento dos preços internos em 8% (Villela, 2005, p. 68).

O sistema financeiro nacional, com pouco desenvolvimento, só alcança as empresas da colônia na medida em que elas consolidam sua posição no mercado do Sudeste. Como descrito acima, as empresas pioneiras financiaram-se com lucros retidos, empréstimos dos colonos e dos fornecedores. Os empréstimos dos colonos eram um arranjo informal que se pode ver tanto como serviço de aceitação de depósitos bancários como de emissão de títulos pelos comerciantes-industriais, embora não negociáveis.

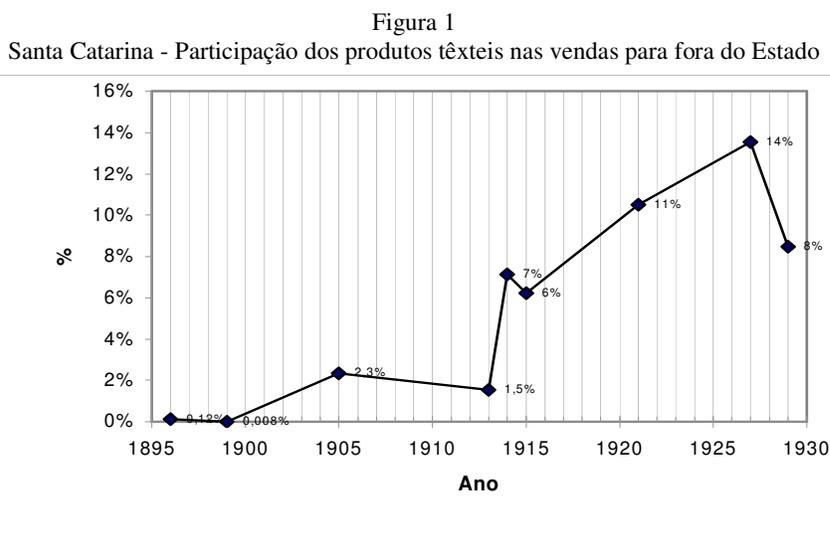
Na área de infra-estrutura, especialmente na área de transporte, o Estado aparentemente teve pouca influência na zona de colônia. Em 1865, inaugurou-se uma estrada carroçável entre Blumenau e Itajaí (Itajaí, 2008), o que complementou o transporte fluvial, que continuou dominante e integrado à navegação de cabotagem. Para Brusque, construiu-se uma picada para o trânsito com animais até Itajaí em 1875, tendo também continuado a depender do transporte fluvial. Mesmo assim, em 1929, a empresa de Carlos Renaux era responsável pela manutenção da estrada entre Brusque e Itajaí, que havia ajudado a construir (Renaux-Hering, 1987:139). Blumenau e arredores receberam investimentos numa ferrovia apenas a partir de 1909, mesmo assim com capital privado em sua fase inicial. Com a estatização, a estrada foi estendida algumas dezenas de quilômetros na direção do planalto catarinense, com altos benefícios econômicos para toda a região. Infelizmente, o objetivo de integrar a colônia à rede nacional de ferrovias nunca foi atingido. A chegada da era das rodovias ao Brasil sepultou o projeto.

Apenas Joinville teve o benefício de um ramal ferroviário integrado ao sistema nacional a partir de 1910. Joinville já tinha anteriormente o benefício da Estrada Dona Francisca, construída entre 1858 e 1883. Essa estrada ligou a colônia ao planalto paranaense, facilitando assim a integração daquela área de produção ao respectivo mercado de exportação de erva-mate via Joinville, pois a cidade está posicionada a poucos

quilômetros do porto de São Francisco, com acesso por via fluvial. Isso certamente facilitou o desenvolvimento posterior de suas indústrias têxtil e mecânica (Ternes, 1984).

A evolução da indústria têxtil catarinense de 1880 a 1914

Independentemente das hipóteses avançadas para explicar o avanço do setor têxtil e a própria industrialização do Estado de Santa Catarina, há uma quase unanimidade de que o período da I Guerra Mundial foi crucial para esse avanço. Nesse período, houve dificuldades de importações de forma generalizada. Com isso, a substituição de importações na área têxtil, que já vinha ocorrendo, aprofundou-se. A participação de tecidos, fios, roupas e meias nas exportações do Estado, nesse caso apenas vendas interestaduais⁹, mudam de 1,5% em 1913, à véspera do início da guerra, para 7% em 1914 (Goularti Filho, 2002:435). Mesmo depois da guerra, a participação aumenta, atingindo 14% em 1927. Portanto, essas evidências, ilustradas na Figura 1, são consistentes com a consolidação do setor têxtil no Estado a partir da I Guerra Mundial, tendo esse setor uma crescente participação na balança comercial estadual.



Fonte: calculado com base em Goularti Filho (2002, p. 435).

Contudo, essa evidência considera apenas a evolução do setor dentro do Estado. A evolução da indústria em relação ao resto do Brasil não necessariamente teria sido

⁹ Santa Catarina só alcança o mercado externo de produtos têxteis na década de 1930 (BOSSLE, 1988, p.83).

diferenciada. A hipótese proposta neste artigo é que a indústria têxtil do Estado de Santa Catarina teve um crescimento similar ao do Brasil.

O crescimento do setor têxtil no Estado pode ser estimado com base num levantamento da evolução do número de teares das fábricas estudadas por Renaux-Hering (1987). Embora os dados estejam em várias passagens do texto, foi possível estimar um limite inferior da trajetória de crescimento dos investimentos nesse tipo de capital para os municípios da região de Blumenau, conforme a Tabela 1. Essa tabela inclui dados para o Brasil no mesmo período. Construindo-se séries de índices para Santa Catarina e para o Brasil, é possível comparar a evolução regional com a nacional. Deve-se lembrar que nem todas as empresas de Santa Catarina foram consideradas, e isso significa que, quanto mais se avança no tempo, maior é a possibilidade da subestimação. No entanto, a série brasileira, compilada por Stein (1957, Anexo 1), também tem esse problema, especialmente no período considerado neste estudo. Assim, é bastante provável que a margem de erro da comparação seja pequena.

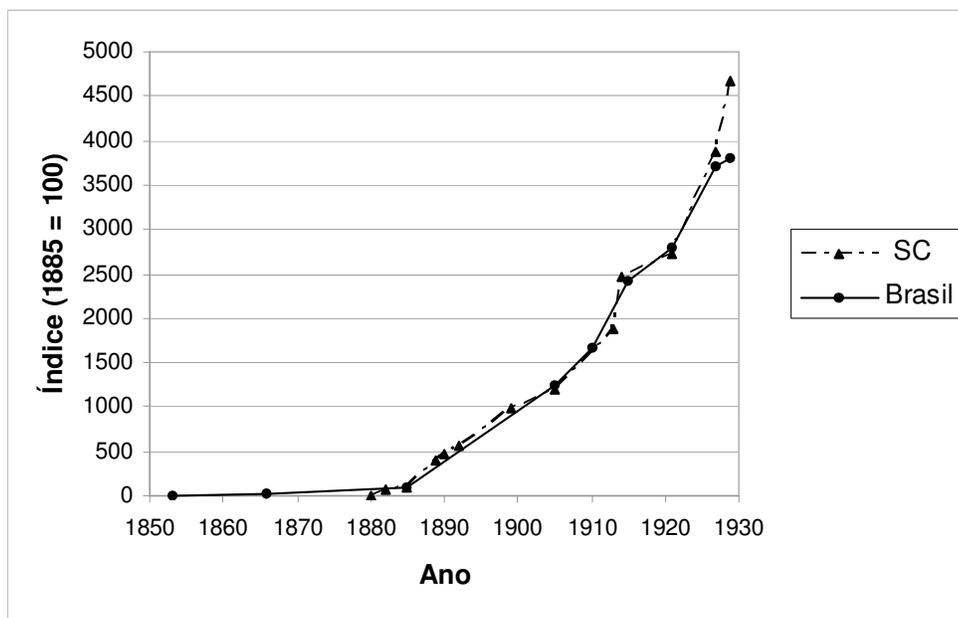
Tabela 1
Número de teares das principais empresas têxteis
Estado de Santa Catarina - 1880-1929

Ano	Hering	Karsten	Garcia	Renaux	Buettner	Santa Catarina*	Brasil
1853							178
1866							346
1880	1					1	-
1882	-	6				7	-
1885	-	-	3			10	2.111
1889	-	-	32			39	-
1890	10	-	-			48	-
1892	-	-	-	8		56	-
1899	-	-	-	51		99	-
1905	30	-	-	-		119	26.420
1910	-	-	-	-		-	35.000
1913	-	-	100	-		187	-
1914	90	-	-	-		247	-
1915	90	-	-	-		247	51.134
1921	-	-	-	-	25	272	59.208
1927	-	-	216	-	-	388	78.373
1929	170	-	-	-	-	468	80.336

Fonte: Renaux-Hering (1987, *passim*), para Santa Catarina; Stein (1957, Ap.1), para Brasil.

Nota: * Obtém-se uma aproximação para o estoque de teares do Estado pelos acréscimos em cada período.

Figura 2
Indicadores do número de teares de Brasil e Santa Catarina
1853-1929



Fonte: índices obtidos a partir da Tabela 1.

A primeira coisa que chama a atenção na Figura 2 é a semelhança de trajetórias relativas entre o setor têxtil catarinense e o setor brasileiro. Apesar de o setor têxtil catarinense ter-se desenvolvido com financiamento local e demanda regional nas primeiras décadas, claramente seu crescimento teve trajetória similar ao que ocorria no resto do país. Entre 1885 e 1905, a linha de evolução do estoque de teares aparentemente mostra um maior crescimento em Santa Catarina do que no país, mas ao final do período os relativos praticamente coincidem. O número de teares, nessas duas décadas, é multiplicado por 12,5 em Santa Catarina contra 12,2 no Brasil. É bastante provável que o aparente descolamento do início da República reflita apenas a falta de dados naqueles anos para o país. Pode-se deduzir que as boas expectativas de retorno de investimentos, por conta do ambiente macroeconômico republicano, foram generalizadas para todo o país. A indústria têxtil que havia surgido nas colônias do nordeste catarinense talvez tenha apenas sido influenciada pelo crescimento acelerado do produto brasileiro e que incluiu também o setor têxtil brasileiro.

Quanto ao impacto da I Guerra Mundial sobre o setor têxtil, a coincidência é também significativa. Entre 1905 e 1921, ano este que reflete a situação do pós-guerra e que inclui

os investimentos feitos dentro das expectativas de manutenção dos altos lucros conseguidos durante a guerra, o número de teares no Brasil cresce 124%. Em Santa Catarina, 125%. Stein (1957:118) e Fishlow (1972) explicam o aumento de investimentos brasileiros no pós-guerra com base na operação das empresas a plena capacidade durante a guerra e nos altos lucros daí decorrentes. Bossle (1988:54 e 73), com base nesses autores, explica do mesmo modo a consolidação do setor em Santa Catarina a partir do pós-guerra. De fato, ela mostra que todos os principais produtos exportados pelo Estado tiveram crescimento significativo no período.

Uma possível conclusão é que a crescente importância da indústria têxtil no Estado de Santa Catarina a partir da década de 1890, tanto na economia estadual como em sua pauta de exportações inter-regionais, basicamente reflete o crescimento nacional do setor. Isso ocorre apesar do pequeno tamanho do setor têxtil catarinense em relação ao país, uma vez que se está falando em apenas 0,5% de participação na quantidade de teares brasileiros, tanto em 1905 como em 1921. Isso se obtém pelas duas últimas colunas da Tabela 1. Os eventuais empresários schumpeterianos do setor têxtil de outras partes do Estado de Santa Catarina, em especial os açorianos do litoral, produtores têxteis do século XVIII, devem ter operado em períodos e em locais desfavoráveis às iniciativas empresariais desse setor.

Conclusão

Este artigo procurou principalmente identificar o surto de desenvolvimento da indústria têxtil blumenauense da última década do século XIX até meados da década de 1920, partindo do pressuposto de que houve um surto de industrialização desse mesmo setor na indústria brasileira.

Entre as teorias que abordam explicações do desenvolvimento econômico da economia catarinense foram discutidas a hipótese schumpeteriana, que se baseia no papel do imigrante germânico, e a hipótese do crescimento articulado, que enfatiza a ligação da economia local com a economia nacional.

Embora a indústria têxtil colonial tenha se voltado inicialmente para o mercado regional, aos poucos ela conseguiu espaço no mercado nacional. Isso foi válido especialmente para produtos que preenchiam um nicho mais limitado, substituindo importações de artigos de malha, bordados e toalhas felpudas. Nessa fase inicial, as fontes de financiamento foram locais, principalmente os lucros de atividades comerciais e poupanças dos colonos aplicadas num sistema bancário informal. A economia catarinense

mostrou-se, quanto à mobilização de recursos para investimento, independente do centro dinâmico, o eixo Rio-São Paulo. Esse isolamento fez com que Blumenau experimentasse a substituição de importações mais cedo do que no restante do país, articulando-se posteriormente com o mercado nacional.

O artigo reúne dados para verificar a ligação entre o crescimento da indústria têxtil Blumenauense e brasileira. Pela comparação da quantidade de teares em operação no Brasil e em Blumenau e Brusque, conclui-se que a evolução é similar nos dois casos. Isso é notável, considerando-se que o surgimento da indústria decorreu de características locais e pela ação de empresários que se encaixam na visão schumpeteriana. Mas o crescimento posterior foi fortemente dependente do que ocorria no resto do país, em termos de demanda e das possibilidades de substituição de importações.

Referências bibliográficas

AMARAL, Thiago P.; SANSON, J.R. *Uma revisão das principais interpretações sobre o desenvolvimento catarinense à luz da teoria institucionalista e das dotações de fatores*. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, 2008. (Texto para Discussão, 07/2008.) Disponível em: www.cse.ufsc.br/gecon. Acesso em: 26/09/08.

BOSSLE, Ondina P. *História da Industrialização Catarinense: Das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro*. Florianópolis: CNI / FIESC. 1988.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec. 1990. Primeira edição, 1977.

CIA. HERING. *A empresa*. Disponível em: www.ciahering.com.br. Acesso: 26/09/2008.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. 3.^a ed. São Paulo: Difel. 1979. Original em inglês de 1969.

FALCON, Francisco J. C. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa - um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*. v.15, n.2, mai.-ago. 2005: 11-34.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importação no Brasil. *Estudos Econômicos*. v.2, n.6, dez.1972:7-76.

GIESBRECHT, Ralph M. *Estações Ferroviárias do Brasil: E.F.Santa Catarina (1954-1971)*, Blumenau-Nova. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/efsc/blumenau.htm. Atualização: 20/04/2008. Acesso: 26/09/2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura. 2003.

HABER, Stephen. Financial markets and industrial development: A comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930. In: HABER, S. (org.) *How Latin America fell Behind*. Stanford: Stanford University Press, 1997:146-178.

ITAJAÍ - *146 Anos de História*. Disponível em: www.itajai.sc.gov.br. Acesso: 26/09/2008.

LIMA, Juliana Daldegan. *Surto de Industrialização do Setor Têxtil a partir de 1880: Um estudo comparativo entre Blumenau e o resto do Brasil*. Florianópolis: 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) - UFSC.

MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 1998.

PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.

PLUM, Werner. *Promoção da Indústria na Alemanha: Contribuições para a Política de Desenvolvimento na Primeira Metade do Século XIX*. Trad.de G.Calcagnotto. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

RATNER, Sidney; SOLTOW, James H.; SYLLA, Richard. *The Evolution of the American Economy: Growth, Welfare, and Decision Making*. New York: Basic Books, 1979.

RENAUX-HERING, Maria Luiza. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Blumenau: Editora FURB. 1987.

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russell. English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759. *Atlantic Economic Journal*. v. 32, n. 4, 2004: 329-345.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural. 1982. (Os Economistas.) Original em alemão de 1911.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2.^a ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1977.

SOKOLOFF, Kenneth L.; ENGERMAN, Stanley L. Institutions, factor endowments, and paths of development in the New World. *Journal of Economic Perspectives*. v.14, n.3, 2000: 217-232.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus. 1979. Original em inglês de 1957.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Nova ed. São Paulo: Editora da UNICAMP / Hucitec. 2000.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville*. 2.^a ed. Joinville: Meyer. 1984.

VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. *Nova Economia*, v.15, n.1, jan.-abr. 2005: 35-68.